



**Reunião Ordinária da Assembleia  
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo  
26.06.2012  
Ata dois/2012**

Ao vigésimo sexto dia do mês de Junho de 2012, com início pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a segunda reunião ordinária de 2012 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----  
-----

**Antes da Ordem do Dia:**

1. Período antes da ordem do dia.

**Ordem do dia:**

1. Informação da atividade da CIMT;
2. Declarações para cumprimento da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro com as alíneas a) e b) do n.º1 do art.º 15;
3. Parecer Genérico resultante da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro para assegurar a atividade da CIMT aprovada nas Opções do Plano e Orçamento/2012
4. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras;
5. Apreciação e votação da proposta de Regulamentos do SIADAP: Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT e Regulamento da Comissão Paritária da CIMT;
6. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.

Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes, a Secretária Executiva, Teresa Taborda, Isabel Teodósio e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

### **Antes da Ordem do Dia:**

#### **1. Período antes da ordem do dia.-----**

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por referir as renúncias ao mandato nomeadamente do deputado António Isidro Neves Ferreira Marques eleito pelo PS do Concelho do Entroncamento sendo substituído por Carlos Manuel Pires Rei Amaro. Não tendo ainda tomado posse teve de fazer o juramento legal, junto do parlatório-----

De seguida, foram referidas as faltas dos deputados sem substituições, ambos do PS respetivamente António Lucas Mor por motivos pessoais, e Sofia Ferreira dos Santos por motivo do falecimento de um familiar.-----  
Por último, as faltas dos deputados e respetivas substituições, nomeadamente o deputado Paulo Constantino pelo deputado Ricardo Honório. Tendo já tomado posse, ficou dispensado deste formalismo.-----

Após as informações acima referidas, e passando ainda às notas prévias, a Presidente da Mesa da Assembleia referiu que se iria analisar a ata da reunião anterior, questionando os deputados se tinham alguma intervenção para fazer.-----

O deputado Carlos Alves pediu para intervir, referindo que na ata em análise não tinha sido feita referência ao facto de ter faltado nessa reunião, bem como não havia referência à justificação de falta que tinha sido enviada. A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal comentou, que esse tipo de informação não é usual ser referida em ata, até porque, a folha de presenças é anexa á ata, sendo apenas feito referência às renúncias de mandato, faltas sem substituições e faltas e respetivas substituições.-----

Não se tendo verificado a necessidade de mais intervenções, a ata foi colocada a votação. Com a presença de 34 deputados na sala a ata foi aprovada por maioria, sendo que obteve 28 votos a favor e 6 abstenções.-----  
Fez ainda referência que neste ata havia uma gralha no ponto 3 que foi devidamente corrigido.-----

Ainda na abordagem deste ponto, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que cada deputado tinha no seu lugar uma declaração referente ao pagamento das senhas de presença, que mencionou ter a ver com pagamentos que tinham sido efetuados ontem. Elucidou que para os funcionários públicos ou de empresas públicas deve ser rececionado os montantes ali referidos junto da entidade patronal.-----

Ainda antes da ordem do dia, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal

questionou se ainda existiam deputados com necessidade de efetuarem intervenções. Foi solicitada a palavra pelo deputado Ramiro Silva, que referiu querer abordar dois assuntos, nomeadamente o encerramento dos tribunais, e a proposta sobre a carta hospitalar.-----

Começou a sua intervenção esclarecendo que no âmbito da campanha de encerrar o país, postos de correios, escolas, extensões e centros de saúde, urgências hospitalares, freguesias, o governo tinha brindado o distrito de Santarém com a proposta de encerramento de quatro tribunais, sendo três no Médio Tejo, Alcanena, Mação e Ferreira do Zêzere. Brinde, referiu que vinha embrulhado em mais uma reforma da justiça e que segundo disse, merecia os seguintes comentários:-----

- Referiu ser a segunda reforma que fazem, ou querem fazer num curto espaço de quatro anos;-----

- A primeira lei em 2008 do governo de Sócrates e Alberto Costa que ao fim de três anos ainda não estava pronta. Referiu estar a ter custos elevados e nas comarcas à experiência sobretudo Alentejo Litoral e Baixo Vouga, tornavam a vida mais difícil a quem precisava da justiça;-----

- Referiu esta segunda reforma surgir do memorando da Troika e comentou ser a primeira entidade a receber o estudo do gabinete da Ministra e tal como o anterior só teve o apoio dos partidos do governo;-----

- Questionou, como era possível fazer uma reforma sem falar com governantes, profissionais e autarquias, cujos presidentes souberam pelos jornais como foi dito nas ações de luta e de rua realizadas nos concelhos de Alcanena e Golegã.-----

- O gabinete criado pela Senhora Ministra para fazer o estudo, pegou nas estatísticas, como refere o deputado numa régua e esquadro e encerra primeira versão 47 e agora numa segunda versão 54 /57 tribunais. Alertou que se for analisado o estudo algo não bate muito certo, quer quanto ao número de processos, quer quanto às instâncias não cobrirem o país.-----

O deputado Ramiro Siva referiu que nos locais onde tinham estado, Alcanena e Golegã as informações transmitidas pelos Senhores Presidentes foram esclarecedoras com dados objetivos.-----

Reiterou que não havia razões que justificassem o fecho dos tribunais.-----

A justiça não era um serviço público, que pudesse ser realizada em qualquer balcão de atendimento, referiu tratarem-se dos direitos das populações, trata-se da sua própria segurança, dos seus bens e dos seus negócios.-----

Os tribunais devem estar onde estão as pessoas e não pelo critério da oferta e da procura. Mais disse que, a justiça é uma função da soberania do Estado e todos têm direito ao acesso a ela em condições de igualdade.-----

Para a CDU, a decisão de encerrar tribunais é muito grave. A CDU referiu tudo fazer para que não vá para adiante esta situação. Os cidadãos de Alcanena, Mação e Ferreira do Zêzere são cidadãos iguais aos outros, e por isso mesmo a CDU não aceita que lhes seja atribuída a condição de cidadãos diminuídos nos seus direitos com prejuízos para os profissionais e para a atividade económica e social.-----

A CDU terminou esta intervenção celebrando as populações e autarcas que lutam em defesa da manutenção dos tribunais, bem como, referindo a manifestação que dia 28 se realizará em Lisboa promovida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e onde autarcas do Médio Tejo vão estar presentes.-----

Um outro assunto que abordaram de forma breve, apesar de ser de grande relevância, foi a apresentação de um estudo que foi tornado público, a proposta sobre a carta hospitalar em que o Médio Tejo e o Centro Hospitalar também tinham

sido contemplados. Referiu apenas querer deixar claro duas ou três notas. Uma primeira comentado que este estudo foi promovido pela Entidade Reguladora de Saúde (ERS) promovido pelo gabinete do Senhor Ministro que achou por bem tomar parte do processo.-----

Ou seja, comentou que uma entidade destas que deve funcionar como reguladora, não foi isenta na matéria e acabou por tomar parte numa das partes.-----

Referiu que o estudo tinha cerca de 190 páginas sendo relevante na parte da introdução, onde é referido que qualquer cidadão deve ter acesso aos cuidados de saúde em qualquer sítio onde viva, contudo, este mesmo estudo mostra-se contraditório nas conclusões finais onde tudo é referido ao contrário.-----

O deputado Ramiro Silva chamou a atenção para a proposta apresentada para os três hospitais que refere medicina interna nos três, estando todos de acordo.-----

No âmbito da cirurgia geral focou Torres Novas e Tomar que não têm, mas que continuam a propor. Considerou negativo o facto dos três hospitais não terem esta valência. Reiterou a necessidade da neurologia também dever estar presente nas três unidades. Referiu o facto da pediatria e o internamento apenas estarem em Abrantes.-----

Alertou que esta proposta que foi apresentada no global era de rejeitar, até porque já tinha sido feito melhor.-----

Disse que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar já tinha feito uma conferência de imprensa para demonstrar os resultados, mas que, a ARS apresentou um documento oficial sobre a atividade até abril e que referia que os resultados eram negativos.-----

Após esta intervenção, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal questionou quais os deputados que queriam intervir, tendo sido dada a palavra ao deputado José Batista.-----

Iniciou a sua intervenção comentado o que tinha referido o deputado Ramiro Silva, esclarecendo que ninguém estava satisfeito com o fecho dos tribunais ou qualquer outro serviço público. Esclareceu, de igual modo, quando lhe foi referido que os autarcas não tinham sido ouvidos, que afiançava que do gabinete da Ministra não tinha havido nenhum pedido de audiência por responder. Referiu que considerava grave a questão do encerramento dos tribunais, contudo, entendia que a situação como estava também não estava bem não se podendo manter a rede como estava à 30 anos atrás.-----

Referiu ao deputado Ramiro Silva que um serviço onde a qualidade não existe muitas vezes até pelo número de dependências. Aquilo que foi avaliado foram as dependências em cada uma das comarcas, tendo-se percebido que estas comarcas não tinham o número de dependências suficientes para se manterem abertas.-----

Disse que as regras que estiverem subjacentes a esta reorganização iam muito além de todas as questões que estavam ali a ser referidas.-----

No que concerne à Carta Hospitalar comentou que a questão do Centro Hospitalar do Médio Tejo e do estudo prévio que tinha sido igualmente referido como sendo um assunto difícil. Referiu que não era possível manter os três hospitais como estavam com todas as valências. A situação atualmente era diferente e considerava importante a reorganização hospitalar.-----

Concluiu a sua intervenção focando que gostaria de ter à porta de sua casa tudo à mão quer ao nível da justiça, quer ao nível da saúde, mas que, infelizmente isso não era possível.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu em seguida a palavra ao deputado João Simões.-----

O deputado João Simões começou por indicar que não poderia estar de acordo com as afirmações do deputado João Baptista, no que concerne aos tribunais. Disse que lhe dava a ideia de que este deputado não conhecia e estava a "leste" do funcionamento dos tribunais, tendo feito aqui um conjunto de afirmações que não eram verdadeiras.-----

Disse que o problema de Mação, Ferreira do Zêzere e Alcanena num contexto de qualidade não existia e não se colocava, visto referir que a qualidade é igual em qualquer um destes sítios. O problema que aqui se põe objetivamente, tem que ver com a possibilidade de querer que Lisboa e o todo o Litoral sejam o país, então sim, fecha-se Alcanena, Mação, Ferreira do Zêzere. Solicitou ao deputado José Baptista que abordasse o Senhor Presidente do município de Mação que é do mesmo partido que este deputado e o questionasse sobre esta matéria. Mação já é uma área desprotegida e rural. Por outro lado, focou a questão do problema económico, alertando que se deveria poupar nas despesas supérfluas tendo dado como exemplo a racionalização do número de assessores.-----

Não nos podemos esquecer da solidariedade nacional em relação às populações rurais. Para que os tribunais sejam encerrados à que haver justificações.-----

Ainda disse, que era importante saber se por detrás desta reorganização não estariam interesses de grupos de advogados que se manobram nos corredores do poder.-----

No que diz respeito à questão hospitalar comentou que a reorganização nunca foi muito convenientemente explicada.-----

Comentou que poucos conheciam o plano apresentado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo.-----

Por outro lado, também foram instituídas as taxas moderadoras, que irão trazer dificuldades para as pessoas que moram mais distantes. Focou a questão do transporte a pedido desenvolvido por esta comunidade intermunicipal, como uma boa política, que estava a ser implementada.-----

Terminou a sua intervenção referindo que nestas duas áreas acima referidas o país estava a ser desertificado, referindo a necessidade de se encontrarem soluções para estas problemáticas.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal comentou que tinha em cima da mesa já alguns pedidos de intervenção por parte dos Senhores Deputados, contudo iria dar primeiro a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo referiu, que não era apoiante deste governo e cada vez menos o levaria a ser. Em relação aos tribunais, referiu a gravidade que acarretaria o fecho destas instituições, levando às assimetrias. Esclareceu que o Médio Tejo estava a acompanhar este processo e tinha resultado na passada reunião do Conselho Executivo uma tomada de posição sobre esta matéria.-----

No que diz respeito ao Centro Hospitalar do Médio Tejo pediu para que não fossem referidas situações que não eram verdade e para todos sermos injustos. Mais disse que, a atual administração encontrou uma situação calamitosa referindo que o tal estudo evidenciado felizmente só apareceu depois desta reestruturação. -----

Referiu que o Eng.º Joaquim Esperancinha tem tido uma postura exemplar, é um homem que dá a cara, que respeita os autarcas. Tem garantias do Eng.º Esperancinha que o que tinha de ser feito ao nível da reestruturação está feito e concluído. Pediu a todos que fosse dado algum "espaço de manobra" para se poder trabalhar, para o bem da nossa região.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu de seguida a palavra ao deputado Trincão Marques.-----  
Iniciou a sua intervenção referindo que não se preocupava só com a questão do encerramento dos tribunais, mas sim, com as razões que estão por detrás deste encerramento, dizendo que são razões políticas e não tanto economicistas.-----  
Refere que esta questão tem por trás a privatização da justiça.-----  
Comentou que a justiça tem de ser vista de outro prisma.-----  
Foi dada entretanto a palavra ao deputado Ramiro Silva. Este deputado iniciou a sua intervenção informando o deputado José Batista que tinha estado em Alcanena e na Golegã onde os Presidentes das câmaras municipais o informaram que souberam do encerramento dos tribunais através dos jornais, tal como eram detentores de documentação própria que não condizia com a atual proposta.-----  
Referiu que o gabinete da Senhora Ministra estava desfasado da realidade quanto aos processos e outras documentações.-----  
Disse, que não tinha nenhum problema pessoal com o Eng.º Joaquim Esperancinha, as problemáticas que existem tinham que ver com políticas. Terminou a sua intervenção referindo que a CDU defende sempre o Centro Hospitalar como um todo. Refere que a medicina interna deveria estar contemplada nos três hospitais.-  
-----

-----  
Foi entretanto dada a palavra ao deputado Carlos Alves pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----  
Começou por dizer que no que diz respeito à questão dos hospitais não estava habilitado para tecer comentários pois não tinha conhecimento suficiente para o fazer, contudo e ao invés, referiu que os tribunais funcionam mal, que as reformas devem ser feitas e só depois se deve falar após a sua maturação.-----  
-----

-----  
Por outro lado, referiu que tinha estado a ler a última ata e tinha ficado perplexo com as considerações tecidas sobre o projeto Médio Tejo Digital, após alguns esclarecimentos apresentados. Referiu ser um projeto estruturante para as autarquias do Médio Tejo, disse que tinha dado um salto qualitativo a vários níveis, quer a nível de hardware, software, seguranças, redes. Comentou as verbas avultadas que estavam referidas, tendo solicitado a viabilidade de marcar uma reunião de esclarecimento com o responsável deste projeto, com o Senhor Presidente do município de Vila Nova da Barquinha para aferir destes constrangimentos e em especial no que concerne aos sítios autárquicos.-----  
-----

-----  
Referiu que o Senhor Presidente do Conselho Executivo tinha comentado que os técnicos de informática das autarquias puxavam cada um "a brasa à sua sardinha", nestas questões da informática. Não pode concordar com esta afirmação esclarecendo que, no seu entender tinha havido falta de empenhamento e decisão política dos Senhores Presidentes.-----  
-----

-----  
A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal alertou os Senhores deputados que ainda se encontravam a discutir os assuntos do PAOD e que não usando grelhas de tempo se apercebia que tinha sensivelmente cerca de 15 minutos para terminar este ponto da reunião.-----  
-----

-----  
Após esta chamada de atenção foi dada a palavra ao deputado Carlos Oliveira que iniciou a sua intervenção comentando que não está por dentro da questão dos tribunais, contudo pretendia dar algum enfoque à questão da saúde no concelho de Alcanena. Referiu que quer Abrantes quer Alcanena se encontravam nos limites do Médio Tejo.-----  
-----

-----  
Geograficamente disse que havia uma distância em alguns casos de cerca de 60km, chamando a atenção para as estradas, e dizendo que as populações estão mal servidas.-----  
-----

De seguida surgiu a intervenção do deputado Rui Ferreira que disse afincadamente que temos de defender a nossa região com convicção e razão.-----  
Chamou a atenção para o que está a acontecer, referindo que o interior está a ser abandonado. Mais solicitou que fosse efetuada uma avaliação ao que a introdução de portagens na A23 está a provocar, pois comentou que as empresas não aguentavam e a situação começava a ser dramática. Mais disse e assim terminou a sua intervenção, que foi eleito para defender a região.-----

-----  
Para concluir este ponto antes da ordem de trabalhos, e antes de dar a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra do deputado José Simões. Este deputado começou por responder ao deputado João Simões que a desculpa que tinha sido apresentada para que cortassem no assessores era completamente irrelevante. Até porque todos os deputados já tinham sofrido uma redução no seu ordenado, podendo a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal comprovar tal facto. Mais disse, que sabia como se vivia numa zona rural, até porque tinha família a viver numa dessas zonas.-----

Referiu saber o que era não ter um posto de atendimento de saúde, até porque apenas existia na zona rural a que se referia uma casa do povo.-----  
No que diz respeito ao Centro Hospitalar do Médio Tejo teve de agradecer ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, pois tudo disse sobre esta matéria.-----

-----  
Como conclusão a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que referiu ser breve apenas dizendo que o que se estava a passar com a A23 era uma vergonha, e que os valores praticados deveriam ser revistos para metade, pois com toda a certeza haveria o dobro da receita e o triplo do movimento. Estava a ser destruído o que os autarcas construíram e a ser menosprezada uma via tão boa, como a A23-----

-----  
No que respeita à intervenção do deputado Carlos Alves disse que era verdade o que tinha dito no que respeita à falta de concertação entre os técnicos de informática das autarquias, até porque presenciou esta problemática. Mais disse que não havia coerência técnica entre os técnicos das autarquias, tendo que por isso mesmo a CIMT ter recorrido a um a apoio de uma empresa do exterior para esta matéria. Referiu e terminou que os técnicos do Médio Tejo eram sérios, mas que tecnicamente não conseguiram chegar a um consenso.-----

**Ordem do dia:** -----  
-----

**1. Informação da atividade da CIMT**-----  
-----

Entrando no período da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal passou a palavra ao Presidente do Conselho Executivo.-----  
Apesar de curta a intervenção pediu para abordar dois assuntos, sendo a lei dos compromissos e um protocolo com o IPT.-----  
Referiu a lei dos compromissos como gravosa para os municípios e a desgraça da não aplicabilidade nos mesmos. Referiu o dramático que está a ser para os autarcas esta imposição, bem como, referiu os que se poderão demitir face a esta nova lei.--  
-----

Para além disso, comentou que iria trazer reflexos negativos para a CIMT, caso as onze câmaras tivessem saldos negativos.-----

Um outro assunto abordado foi o protocolo que a CIMT assinou com o IPT, focando a importância estratégica para esta região. Referiu o próximo quadro comunitário de apoio com novas funcionalidades, com outro tipo de apostas com uma lógica territorial supramunicipal.-----

Comentou que este protocolo era uma parceria fundamental, até para potenciar os recursos das autarquias. Visava não só reforçar o Médio Tejo, como também a comunidade local, os alunos. Irá de igual modo permitir uma melhor e maior afirmação do Médio Tejo.-----

Solicitou se possível a presença de todos nesta assinatura.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu que por razões de agenda assumidos referiu que não poderia comparecer.-----

Ainda falou o Senhor Presidente do Conselho Executivo para referir que o QREN tinha terminado para as autarquias portuguesas. Disse que se confirmou a anulação de candidaturas aprovadas (obras já adjudicadas) em prol do impulso jovem.-----

Mais disse que os municípios não se podiam candidatar com mais nenhuma candidatura, o que era mau para a região e para fomentar o emprego. Cerca de 220 câmaras vão aderir ao financiamento do governo.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao deputado Rui Ferreira, que comentou nunca ter pensado chegar a este ponto. Referiu que a nossa democracia local era limitada por estas atitudes referidas pelo Presidente do Conselho Executivo e, não só pela Troika.-----

A democracia local é colocada em causa constantemente. Os Presidentes de câmara começam a ser meras figuras decorativas.-----

Referiu a ANMP, lamentando a sua inatividade. Perante factos de tal gravidade não percebia como esta instituição permanecia surda e muda em que ninguém "tugia nem mugia".-----

Em seguida interveio o deputado João Simões que apenas questionou o Senhor Presidente do Conselho Executivo se, face às indicações que tinham sido dadas sobre o QREN, se o que vinha referido na atividade da CIMT, nomeadamente as candidaturas elencadas iriam ter continuidade ou se ao invés ficariam logo à partida bloqueadas.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal pediu aos deputados que se inscrevessem para intervir, podendo posteriormente o Senhor Presidente do Conselho Executivo responder claramente a todas as questões levantadas.-----

O deputado José Baptista esclareceu que certamente todos os presentes se mostravam preocupadas com a assunção de novos compromissos resultantes da lei dos compromissos, contudo também referiu que provavelmente ainda nem todos se tinham apercebido desta problemática.-----

Questionou no ponto referente ao transporte a pedido no que respeita à adjudicação de uma plataforma tecnológica de 65.900,00€, para que servia, que tipo de plataforma é. Por outro lado desejou o maior sucesso com o protocolo que iria ser assinado com o IPT, comentando que finalmente esta instituição se estava a associar à zona territorial em que está inserida.-----

No âmbito da educação de excelência comentou ser um projeto já em fase final, focando os cerca de 289 mil euros para cerca de 78 quadros. Terminou, fazendo referência à parte final do documento onde eram evidenciados os compromissos assumidos, pedindo esclarecimentos sobre quais e quando irão ser pagos aos devidos fornecedores.-----

-----  
-----  
A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal passou a palavra ao deputado Carlos Alves. Este deputado voltou um pouco atrás para comentar quando se tinha referido aos técnicos de informática reportava-se ao tempo de quando o Eng.º António Paiva era Presidente do Conselho Executivo.-----  
Alertou que não tinha obtido feedback da Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal quanto a um pedido de reunião com o Senhor Presidente da autarquia da Barquinha sobre estas matérias. Solicitou de igual modo a viabilidade de lhe ser dado acesso aos relatórios do Médio Tejo Digital I e II. Por último gostaria de saber qual o propósito do projeto sobre o PIAL apenas contemplar quatro municípios.-----  
-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu que teria de consultar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e o Senhor Presidente do Conselho Executivo, para depois poder dar uma resposta sobre esta matéria.-----  
-----

No que dizia respeito aos relatórios do MTD I e II, enquanto membro da Assembleia Intermunicipal tinha direito ao seu acesso, mas solicitava ao deputado que lhe fizesse chegar por escrito este pedido, para poder remetê-lo a quem de direito.-----  
-----

O deputado João Moura interveio de seguida comentando que tem estado a assistir com alguma serenidade às considerações que têm vindo a ser feitas, e não ficaria bem com a sua consciência se não tcesse algumas notas. Apesar de estarmos no local apropriado para o fazer, tem-se deparado com uma serie de lamentações. Referiu que as questões ligadas à saúde não estão no seu melhor momento, relativamente aos serviços que presta, Ourém em particular, tinha muitas queixas nomeadamente em algumas localidades. Recordou que Ourém paga portagens desde 1991 para quem se desloca para Lisboa ou para o Porto. Referiu que a crise existe, não é uma miragem, ela existe efetivamente. É preciso fazer algo. É preciso fazer cortes.-----  
-----

O deputado Rui Ferreira afirmou que a sua posição hoje era numa atitude construtiva, para que haja políticas concretas de coesão regional.-----  
-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo prestou alguns esclarecimentos ao deputado João Moura esclarecendo-o que não se devem comparar as portagens na antiga IP6 e atual A23 com a portagem na A1. Mais lhe disse que, a forma como quiseram terminar com o QREN considerou-a como um assalto.-----  
-----

No que respeita á intervenção do deputado Rui Ferreira, esclareceu que, não podia concordar com o que tinha sido dito sobre a ANMP, era injusto até porque, o que tinha sido feito era mérito daquela associação, claro e de todos nós. Referiu inclusive que aquela associação tinha feito um trabalho louco, focando até que o seu Presidente Fernando Ruas estava semanas sem ir ao seu município para poder trabalhar mais afincadamente neste processo.-----  
-----

Em resposta ao deputado João Simões esclareceu que as candidaturas estão todas em execução, mas não se prevê que nenhuma vá cair, a não ser eventualmente a do Compete.-----  
-----

Em resposta ao deputado José Baptista disse que as Câmaras Municipais todas têm dividas para com a CIMT a começar pela sua autarquia, tendo que ser muito claros nesta matéria.-----  
-----

Reiterou que a ANMP tinha feito um bom acordo com o governo em relação ao financiamento para com as autarquias tendo conseguido uma taxa de juro bastante simpática.-----  
-----

No que concerne ao Projeto Intermunicipal pediu à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal que a Secretária Executiva pudesse esclarecer este ponto. A Secretária Executiva interveio esclarecendo os deputados que a plataforma digital não era mais do que um sistema digital para articular com os táxis algum pedido que fosse efetuado. Era uma plataforma semelhante a um projeto que estava a ser desenvolvido em Lyon, contudo redimensionado à nossa realidade territorial.-----

Esta candidatura tem a ver com a mobilidade em pessoas com mobilidade reduzida.-----

Têm vindo a ser efetuadas algumas ações de sensibilização. Só aderiram 4 concelhos respetivamente Abrantes, Entroncamento, Ourém e Tomar, contudo abrange oito aglomerados.-----

Para estes aglomerados têm vindo a ser efetuados estudos bastante minuciosos que dentro em breve estarão disponíveis num site a divulgar oportunamente, onde é possível avaliar as zonas que podem vir a ser melhoradas.-----

**2. Declarações para cumprimento da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro com as alíneas a) e b) do n.º1 do art.º 15º-----**

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu aos Senhores Deputados que se tinha detetado que era necessário apresentar estes documentos à data de 31 de Dezembro.-----

Tratava-se de declarações de pagamento ou recebimentos em atraso até à data de 31 de Dezembro. Referiu que a CIMT não tinha pagamentos em atraso a mais de 90 dias, mas sim recebimentos em atraso, que constam da listagem que foi fornecida com a documentação.-----

Esclareceu que esta informação servia apenas para conhecimento dos deputados, sendo uma obrigação ter de a transmitir, e não era passível de votação.-----

Por último pediu aos senhores deputados que onde estava referido DL n.º 152 deveria constar Dec. Lei n.º 157/2012 publicado no dia 21 do corrente mês.-----

Não havendo mais questões sobre esta matéria passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

**3. Parecer Genérico resultante da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro para assegurar a atividade da CIMT aprovada nas Opções do Plano e Orçamento/2012-----**

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu que os serviços da CIMT lhe tinham feito chegar um memorando sobre esta matéria. Esclareceu que estava em cima da mesa a emissão de um parecer genérico por parte da Assembleia da CIMT nos termos e para o efeito do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, para que se delibere sobre o seguinte:-----

a) ratificar os compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos celebrados desde o dia 22 de fevereiro de 2012, designadamente os que se encontram identificados no quadro 1 à presente proposta;-----

b) autorizar todos os compromissos plurianuais dos projetos aprovados nas Opções do Plano e Orçamento para 2012, resultantes das adjudicações e/ou contratos que venham a celebrar-se até à próxima sessão da Assembleia Intermunicipal, designadamente os que se encontram em curso, identificados no quadro 2 da

presente proposta.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que não havendo intervenções sobre esta matéria colocaria o assunto a votação.-----  
Com a presença de 37 deputados na sala, o presente documento foi aprovado por unanimidade, sem votos contra e sem abstenções.-----

**4. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras-----**

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal questionou o Senhor Presidente do Conselho Executivo pretendia fazer uso da palavra, tendo-lhe sido comunicado que não.-----

Questionou os deputados se pretendiam abordar esta matéria. Foi dada a palavra ao deputado Carlos Alves que apenas comentou haver um artigo em duplicado, ou seja, deveria ser corrigido o segundo artigo 21.º para artigo 22.º.-----

Não havendo mais intervenções o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade com a presença de 38 deputados na sala.-----

**5. Apreciação e votação da proposta de Regulamentos do SIADAP: Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT e Regulamento da Comissão Paritária da CIMT-----**

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal voltou a questionar o Senhor Presidente do Conselho Executivo se pretendia fazer uso da palavra, tendo-lhe sido respondido que não.-----

O deputado Ramiro Silva pediu para intervir, lembrando que na última reunião da Assembleia Intermunicipal tinha a CDU apresentado um conjunto vasto de notas sobre esta matéria.-----

Comentou no que dizia ao Regulamento da Comissão Paritária que a CDU tendo em conta as observações que tinham sido feitas, que a CDU estava de acordo com a nova reformulação.-----

No que diz respeito ao Regulamento de funcionamento da comissão de avaliação da CIMT não podem estar de acordo, pois nem todas as considerações foram tidas em conta, apenas algumas, tendo que se abster neste regulamento.-----

De seguida fez uso da palavra o deputado João Simões, que esclareceu que as propostas que tinha apresentado e as questões que tinha colocado tinham sido respondidas. Contudo, subsistia um pormenor que poderia ser por maior referindo-se ao artigo 3.º alínea c) onde referiu "quando considerado necessário", solicitando deste modo o que era considerado necessário.-----

Foi dada a palavra à técnica da CIMT, Dra. Isabel Teodósio que teceu alguns esclarecimentos a pedido do Senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

Este ponto a pedido da CDU foi votado em separado.-----

Face ao exposto os documentos foram colocados a votação, a pedido da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----  
Relativamente ao Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT foi aprovado por maioria com 37 votos a favor e 7 abstenções (CDU, BE e Independentes. Estavam na sala 238 deputados presentes.-----  
No que diz respeito ao Regulamento da Comissão Paritária da CIMT, foi aprovado por unanimidade, contando com a presença de 38 deputados na sala.-----  
-----  
-----

- 6.** Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro-----  
-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu que não havendo público na sala dava por terminada a presente reunião, agradecendo a todos a sua presença.